A RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE PAGAMENTO DE PRECATÓRIO

No pagamento dos Precatórios há necessidade da retenção do Imposto de Renda. Tal situação está disciplinada na Lei Federal nº 8541/92 que em seu art. 46 determina a retenção do Imposto de Renda na fonte no momento do pagamento ao beneficiário, *verbis*:

Lei 85541/92

Art. 46. O imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos pagos em cumprimento de decisão judicial será retido na fonte pela pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento, no momento em que, por qualquer forma, o rendimento se torne disponível para o beneficiário.

Também o art. 718 do Decreto Federal nº 3000/99 que regulamenta a Lei Federal nº 8541/92, traz a mesma determinação, conforme segue:

Art. 718. O imposto incidente sobre os rendimentos tributáveis pagos em cumprimento de decisão judicial será retido na fonte, quando for o caso, pela pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento, no momento em que, por qualquer forma, o rendimento se torne disponível para o beneficiário (Lei nº 8.541, de 1992, artigo 46).

Não bastassem as normas legais supra transcritas, também o Poder Judiciário tem o mesmo entendimento, conforme já decidido pelo Tribunal Regional Federal, consoante ementa que segue:

1603043712 JD3000.718 – AGRAVO DE INSTRUMENTO – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – PRECATÓRIO – IMPOSTO DE RENDA – RETENÇÃO – RESPONSABILIDADE – Dispõe o artigo 718 do Decreto nº 3.000/99, que institui o regulamento do imposto de renda, que a pessoa jurídica obrigada ao pagamento de verbas decorrentes de decisão judicial, deve reter o valor do imposto incidente sobre os rendimentos tributáveis no momento em que este ficar disponível ao beneficiário do precatório. (TRF 4ª R. – AI 2001.04.01.074302-2 – 1ª T. – Rel. Des. Fed. Álvaro Eduardo Junqueira – DJe 19.02.2008)

Pelos fundamentos supra expostos, é necessária a retenção do IR sobre o valor a ser disponibilizado ao credor.

*César Luis Baumgratz